

## Quando tudo é humano

When everything is human

**Gabriel Araújo Pacheco**

[bielpacheco14@hotmail.com](mailto:bielpacheco14@hotmail.com)

Licenciado em Filosofia, pela Universidad Católica de Córdoba (Argentina) e fazendo disciplinas no PPGFil da Universidade de Brasília e no PPGAS da Universidade Federal do Mato Grosso.

### Resumo

O artigo dialoga com Palacio (2022, submetido à publicação), De Castro (1996; 2018; 2020) e De Castro & Danowski (2017) para trazer uma nova perspectiva para a condição humana partindo de conceitos utilizados pela Filosofia e Antropologia. Primeiramente situa-se o problema das mudanças climáticas, apresenta-se um paradigma e, finalmente, aproxima-se das cosmovisões ameríndias e pensa-se numa expansão do conceito de Direitos Humanos para outros seres.

**Palavras-chave:** Paradigma intrarrelacional; ameríndios; direitos; humanidade.

### Abstract

The article dialogues with Palacio (2022, submitted for publication), De Castro (1996; 2018; 2020) and De Castro & Danowski (2017) to bring a new perspective starting from concepts used by Philosophy and Anthropology. First the problem of climate change is situated, a paradigm is presented and, finally, the Amerindian cosmovisions are approached and an expansion of the concept of Human Rights to other beings is thought.

**Keywords:** interrelational paradigm; amerindians; rights; humanity.

## 1. Introdução: Problematicando

Os tempos atuais, com as sensibilidades indígenas (a abertura e consideração em âmbitos sociais e políticos aos pensamentos dos povos originários) em países como Peru, Equador, Bolívia e mais recentemente Chile, estão pautando nas Constituições os direitos dos seres da Natureza como estratégia de preservação da vida no planeta terra. Porém, poderíamos perguntar de forma genérica: *Tudo é humano?* Esta é a possibilidade com a qual se trabalha neste artigo.

Diante de séculos de primazia do Homem, da hegemonia de sua superioridade na escala do ser, e de sua dignidade ou poder sobre os demais seres, podemos nos questionar sobre o lugar que ocupam as outras espécies vivas e mesmo os seres inanimados, a fim de problematizar o privilégio da humanidade no feudo da espécie *Humana*, como alerta Marta I. Palacio (2022, submetido à publicação):

Hoje o ambiente é perturbado, lacerado e perturbado nos seus processos naturais pela ação humana. Alterações climáticas rudes e notórias, que se aceleram rapidamente devido à degradação dos seus elementos e à ruptura dos equilíbrios ecológicos, se irrompem se fazem presentes com violência. O ambiente se contorce em fenômenos climáticos extremos, que atuam em conjunto e reativamente aos processos destrutivos e poluentes da industrialização capitalista gananciosa, produzindo condições que são sufocantes para a vida de numerosas espécies animais.<sup>1</sup>

Um fato que trago é o das consequências e novidades trazidas pelas mudanças climáticas e pelos problemas ambientais; também, proponho um outro paradigma, baseado nos materialismos ambientais e nas cosmologias ameríndias, o qual pode abrir um horizonte mais amplo para o nosso pensar. Tudo isso exponho para tentar levar à luz uma pergunta fundamental sobre a amplitude do que é o campo dos Direitos Humanos e sobre a magnitude que alcançaria tal noção se ampliarmos, de fato, a ideia do que é *humano*.

O relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, sigla do inglês) “traça um cenário preocupante: as mudanças climáticas já afetam todas as partes do mundo, e impactos muito mais severos podem estar nos esperando se não reduzirmos as emissões de gases e não começarmos imediatamente a ampliar as medidas de adaptação” (Levin et. al., 2022, Online).

---

<sup>1</sup> Conferir em um artigo conjunto a temática similar ao texto utilizado da autora: PALACIO, M. I. BUTELER, M. J. (2021). Del “calentamiento global” al “cambio climático”: encubrimientos y desencubrimientos ético-políticos.

O problema do aquecimento global aponta uma consequência severa da ação humana, do Homem dono e senhor sobre o ambiente e as outras espécies. Sempre fomos ou nos acreditamos proprietários de uma condição privilegiada e de todos os recursos. Porém, quando nos deparamos com o produto de nossas ações enquanto seres humanos, vemos que os que mais sofrem hoje as consequências são seres mais vulneráveis, tanto grupos humanos como espécies de outros reinos da vida: “As mudanças climáticas também estão afetando espécies e ecossistemas inteiros” (Levin et. al., 2022, Online).

Eduardo Batalha Viveiros de Castro (1996; 2018; 2020) apresenta através de sua teoria antropológica *o possível real*, presente já nas epistemologias dos indígenas, de se pensar uma realidade, de certo modo, antropomórfica, uma humanidade compartilhada entre todos os viventes. Em conjunto, a filósofa Deborah Danowski (2017) apresenta também a questão a partir do fato do aquecimento global, um *Acontecimento* efetivo para nós na atualidade (De Castro & Danowski, 2017, p. 61), que exige um olhar especial e cuidadoso.

Dentro do campo filosófico começam a surgir, a partir da crítica ao Sujeito e da atenção a esses acontecimentos contemporâneos, teorias recorrentes que aprofundam a ideia de intrarrelação entre o humano e o ambiente. Como nos diz a professora Marta Palacio (2022):

Na era geológica do Antropoceno, em que se reconheceu a potência e a ação humana na transformação e alteração dos processos geológicos e dos sistemas ecológicos, as humanidades ambientais fazem um apelo forte a uma reformulação epistemológica, ontológica e ético-política sobre a crise ambiental que dispute e substitua o especismo, o antropocentrismo e a razão instrumental, subjacentes ao atual câmbio climático antropogênico. Neste desafio teórico-prático está especialmente concernida a crítica filosófica ambiental. (submetido à publicação)

O problema exige uma mudança de olhar e de perspectiva que salve a visão sobre *Fora*, que foi sempre instrumentalizado, usado, aproveitado. É um desafio teórico abrir as janelas da humanidade e contemplar as suas outras dimensões ignoradas em favor do privilégio de uma Humanidade centralizada e inflada. E tudo isso é ir na contracorrente de séculos de tradição, como nos afirmam os autores De Castro & Danowski (2017, p. 16):

Toda a floração disfórica se dispõe na contracorrente do otimismo ‘humanista’ predominante nos três ou quatro últimos séculos da história do Ocidente. Ela prenuncia, se é que já não reflete, algo que parecia estar excluído do horizonte

da história enquanto epopeia do Espírito: a ruína da nossa civilização global em virtude mesmo de sua hegemonia incontestada, uma queda que poderá arrastar consigo parcelas consideráveis da população humana. A começar, é claro, pelas massas miseráveis que vivem nos guetos e lixões geopolíticos do ‘sistema mundial’; mas é da natureza do colapso iminente que ele atingirá a todos, de uma forma ou de outra. Por isso, não são apenas as sociedades que integram a civilização dominante, de matriz ocidental, cristã, capitalista-industrial, mas toda a espécie humana, a própria ideia de espécie humana, que está sendo interpelada pela crise – mesmo, portanto e sobretudo, aqueles tantos povos, culturas e sociedades que não estão na origem de dita crise. Isso para não falarmos nos muitos milhares de outras linhagens de viventes que se acham sob ameaça de extinção, ou que já desapareceram da face da terra devido às modificações ambientais causadas pelas atividades ‘humanas’.

O problema está colocado diante de nós e as ameaças do *futuro por vir* são o convite (ou melhor, a intimação) a essa reflexão necessária.

## 2. Outro paradigma intrarrelacional: o sofrer e a questão dos “não-humanos”.

“A direção incerta desta ação imprevisível do ambiente, daquilo que parecia passivo, amavelmente pacífico e contido dentro de sua repetição cíclica, é talvez o que mais desafia e abala o ser humano: a Terra atua, faz bruscos movimentos, nos dirige a ‘palavra’, convertida num clamor rasgado e num grito lacerado” (Palacio, 2022, submetido à publicação).

Desde a Filosofia ambiental emergente e as perguntas levantadas pela Antropologia, um outro campo de investigação nasce “no fim dos anos 70 com os primeiros debates filosóficos em resposta à crise ecológica, ao dano ambiental e aos preocupantes fenômenos ambientais que no século passado começaram a se manifestar.” (Palacio, 2022, submetido à publicação). É um novo campo que permite a interdisciplinaridade, já que não é um problema de um único campo do saber, mas que se abre, constituindo

um novo paradigma ôntico-ontológico, epistemológico e ético político, ao que denominamos ‘paradigma intrarrelacional’, na medida em que redefine os seres do planeta como entidades porosas e hetero-constituídas pela alteridade de todo outro ser (material, cultural, tecnológico)” (Palacio, 2022, submetido à publicação).

O novo paradigma já não privilegia o dualismo fundamental que dividia os reinos vivos, senão que os conectam em relações constantes. O *Humano* Homem agora se encontra entrelaçado com a vida mais ampla e se encontra na responsabilidade (suas ações são as principais causadoras da atual conjuntura) de descer um degrau na hierarquia dos seres e reconhecer que o humano, o vivo, todos o somos: “sob esta perspectiva se compreende o modo entrelaçado de existir de todos os entes e organismos da Terra – humanos e não humanos –, em permanente abertura e constituição, assim como sua agência em processos constantes de intração e inter-penetração” (Palacio, 2022, submetido à publicação).

A redefinição de limites, classificações e conceitos, a partir de um *Acontecimento* presente que é o aquecimento global e a emergência do Antropoceno, é inevitável. O que parecia uma realidade composta de várias partes bem segmentadas, separadas, agora se encontra numa situação de profunda inter-relação, dentro de um conjunto onde tudo está conectado:

Como perspectiva teórica original, redefine os significados e classificações ontológicas dos seres materiais, bem como as relações que mantêm entre si os diversos entes: orgânicos e não orgânicos, vivos e não vivos, humanos e não humanos. (...) A realidade aparece agora constituída como uma teia de relações invisíveis e multiformes, que se montam, rearticulam, intra-atuam, transformam e se dissolvem constantemente (Palacio, 2022, submetido à publicação).

O grande Ser Humano, superior e ordenador de todo o edifício articulado das partes classificadas dá lugar agora à rede mesma de relações entre os seres que desloca o Homem de seu trono e move o eixo para a conexão entre todos. “As barreiras epistêmicas e as divisões ontológicas estabelecidas se viram sacudidas desde suas bases” (Palacio, 2022, submetido à publicação). Por isso proponho que, juntamente com essas reflexões insurgentes e promessa de serem revolucionárias, possamos ler a realidade e a própria condição humana desde outra perspectiva, com um novo paradigma.

E como já podemos ver, duas características são bem marcantes no paradigma nascente: a relação/conexão (e a consequente saída do Eu de seu lugar privilegiado na Modernidade) e o fato de que a responsabilidade e a vulnerabilidade são constitutivas de todos os entes (Palacio, 2022, submetido à publicação) diante do acontecimento que citamos anteriormente: “a humanidade, a subjetividade, é uma responsabilidade pelos outros, uma vulnerabilidade extrema” (Palacio, 2015, p. 34).

Sermos solidários e sairmos da posição de centralidade é essencial nestes tempos que vivemos: “a solidariedade é a saída de si, o eu que, sem esperar a recíproca, está preocupado e atua em favor da vida ameaçada” (Pacheco, 2020, p. 18). E quando olhamos o fundamento dos Direitos Humanos, tal como o conhecemos em sua formulação original, o encontramos na racionalidade ou na liberdade do Sujeito, naquelas características que o novo paradigma justamente critica; o que pode ser questionado quando incluímos no conjunto os outros seres que por muito tempo foram submetidos por não serem humanos, somente objetos ou instrumentos: “são sujeitos morais porque são capazes de sofrer e sentir. E não, como se estipulou por séculos desde a supremacia humana, que somente são sujeitos morais os capazes de razão e palavra.” (Palacio, 2022, submetido à publicação).

A razão e a palavra, caracteres essenciais dos Humanos especiais, fundaram nossas concepções, e agora é a vulnerabilidade, característica de uma gama muito maior de seres, e a solidariedade e a responsabilidade que podem fundamentar nossa concepção de humano e de direito:

O conceito levinasiano de sofrimento como expressão da vulnerabilidade da vida permite-nos estabelecer os direitos dos seres inter-relacionados em oposição à noção de autoconsciência ou dignidade, que assenta num ato de reconhecimento racional que, como ação humana específica, se torna a base exclusiva do que é humano (especismo) e, portanto, exclui outras formas de vida. (Palacio, 2022, submetido à publicação).

Falar de Direitos Humanos universais, então, pressupõe não excluir a vida das margens, senão que as incluir sob a mesma condição, e neste sentido veremos, a seguir, como os povos ameríndios podem nos ajudar a pensar, refletir e sentir essa novidade.

### **3. Humanidade compartilhada e intrarrelações**

“A forma de toda vida é ‘humana’. A humanidade é consubstancial ao mundo, ou para melhor dizer, objetivamente ‘co-relacional’ com o mundo, relacional como o mundo. Não há correlação entre epistemologia e ontologia, pensamento e ser, mas imanência real entre existência e experiência na constituição de um multiverso relacional” (De Castro & Danowski, 2017, p. 106-107)

A partir da exposição do problema e da nova perspectiva assumida, quero expressar-me brevemente sobre a visão dos ameríndios e a democratização da humanidade para outros departamentos dos vivos teorizada por Eduardo Viveiros de Castro e Deborah Danowski. O tempo em que vivemos, no qual os Humanos e a Terra estão em choque sem precedentes, consequência de modelo instaurado anteriormente, notamos “o desmoronamento da distinção fundamental da episteme moderna – a distinção entre as ordens cosmológica e antropológica, separadas desde ‘sempre’ por uma dupla descontinuidade, de essência e de escala” (De Castro & Danowski, 2017, p. 30).

A categoria *humano* nas epistemes ameríndias expande sua significação, saindo da ideia de uma humanidade verdadeira e superior para um sentido expandido:

O polo ‘sujeito’ ou ‘pessoa’ parece quase sempre se referir à totalidade da humanidade enquanto espécie; mas ele pode se reduzir à ‘verdadeira’ humanidade, isto é, a alguma encarnação sociocultural específica da excelência humana (nós, por exemplo), ou ao contrário se expandir a uma virtualidade antropomórfica universal, uma espécie de fundo de humanidade enquanto *prima matéria* (De Castro & Danowski, 2017, p. 39).

A Humanidade legisladora parece liberada de sua condição natural e animal, segundo a concepção moderna de Homem (Kant é um ícone desta concepção) porque seria capaz de elevar-se e conquistar a Natureza: “o Homem como aquele ser que, emergindo de seu desamparo animal originário, perdeu-se do mundo apenas para melhor voltar a ele como seu senhor” (De Castro & Danowski, 2017, p. 47). Contudo, as cosmovisões ameríndias colocam a humanidade como condição primária, não como ápice de um processo de liberação e elevação:

Segundo várias cosmogonias ameríndias, tudo era humano, no começo dos tempos, e a humanidade é posta como empiricamente anterior ao mundo. (...) Um número considerável de mitos ameríndios, e, talvez um pouco menos comumente, de diversas outras regiões etnográficas, imaginam a existência de uma humanidade primordial como a única substância ou matéria a partir da qual o mundo viria ser formado. (...) Narrativas de um tempo antes do começo dos tempos, uma era pré-cosmológica (De Castro & Danowski, 2017, p. 91).

Humanos diferentes de nós, “outros humanos, os ameríndios, tem conceitos de humano que são outros que os nossos” (De Castro & Danowski, 2017, p. 94). E aqui entram as



alteridades impondo-se e reclamando a autenticidade em suas concepções. A humanidade originária é anterior ao mundo e

[...] o mundo inteiro está incluído virtualmente nesta proto-humanidade originária; a situação pré-cosmológica pode ser assim indiferentemente descrita como uma humanidade-ainda-sem-mundo ou como um mundo-em-forma-humana, um multiverso antropomórfico que dá lugar a um mundo concebido como o resultado da estabilização (sempre inacabada) do potencial de transformabilidade infinita contido na humanidade como substância, ou antes, como ‘actância’ universal originária e persistente (De Castro & Danowski, 2017, p. 95-96).

A pluralidade dos seres interconectados por essa condição compartilhada originariamente, mesmo que depois diferenciadas pela multiplicidade manifesta, constitui uma riqueza inigualável: “Na mitologia indígena, a humanidade é o princípio ativo na origem da proliferação de formas vivas em um mundo rico e plural” (De Castro & Danowski, 2017, p. 96). Tudo o que constitui o nosso mundo, antes identificado e unificado pelo exercício do Sujeito, agora aparece como uma “multiplicidade de multiplicidades intrinsecamente conectadas. [...] As espécies animais e outras são concebidas como outros tantos tipos de ‘gente’ ou ‘povos’” (De Castro & Danowski, 2017, p. 97).

Muitas sociedades humanas compõem a *cosmopolitheia* (conforme De Castro & Danowski, 2017, p. 98) dos povos plurais e já não existe o dualismo marcado entre o social e o ambiental, o humano e não-humano, o natural e o cultural, etc. Os objetos retornam, aqui, em sua dignidade de também sujeitos humanos, juntos àquele que se colocou em lugar de privilégio e verdade durante muito tempo (a espécie *Homem*).

Dizer que tudo é humano é dizer que os humanos não são uma espécie especial, um evento excepcional que veio interromper magnífica ou tragicamente a trajetória monótona da matéria no universo. O princípio antropomórfico, ao contrário do antropocentrismo, afirma que são os animais e demais entes que são humanos como nós. (...) A solidariedade ontológica da ‘espécie humana’ com os demais povos, coletivos e interesses que povoam, disputam e constituem a Terra não é, para muitos povos não-modernos, a consequência inerte de uma história natural, mas um dado ativo da história social do conjunto do vivente enquanto atualização diferenciada da potência antropomorfa pré-cosmológica (De Castro & Danowski, 2017, p. 101-102. 115).

Esta conceitualização do modo de ser e compreender dos povos ameríndios, dito perspectivismo, “trata-se da concepção segundo a qual o mundo é habitado por diferentes



espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (De Castro, 1996, p. 115); unida ao novo paradigma intrarrelacional e na busca por respostas aos problemas contemporâneos da derrocada do sujeito e das crises ambientais, parece nos chamar a atenção para um outro mundo possível que permitiria encontrar outras soluções e problemas.

#### 4. Escutar os ameríndios e olhar como eles...

Os ameríndios, ligados intimamente à Terra, ressurgem como defensores desta, porque esse mundo está sendo depredado pela espécie humana de forma devastadora. Os povos menores começam a ser escutados por aquelas elites da Humanidade que começam a perceber a gravidade do porvir e as consequências do paradigma do Humano dominador. Eles possuem uma percepção clara:

“Há muitos mundos no Mundo. Dizíamos que temos muito que aprender com esses povos menores que resistem em um mundo empobrecido, que nem sequer é mais o seu. [...] Falar no fim do mundo é falar na necessidade de imaginar, antes que um novo mundo em lugar deste nosso mundo presente, um novo povo; o povo que falta. Um povo que creia no mundo que ele deverá criar com o que de mundo nós deixamos a ele” (De Castro & Danowski, 2017, p. 162. 165).

Quando penso na questão dos Direitos Humanos, considerando agora essa nova perspectiva aberta pelas visões ameríndias, afirmo que é de suma importância na atual conjuntura socioambiental fazer justiça também por esses seres que também podem ser e são humanos. As minorias apontam para uma realidade e dão uma possível resposta para o problema.

Diante do olhar sensível à questão ambiental emergente, trilhando os caminhos de novos paradigmas possíveis e escutando a sabedoria dos povos que expandem a condição humana e solidarizam-se com as outras espécies, poderíamos deixar de escutar os discursos e palavras de homens cheios de razão que, na verdade, não conseguem reconhecer o presente como consequência do que instauraram anteriormente. A vez poderia ser agora dos povos originários aldearem a política como anunciam insistentemente no Acampamento Terra Livre (6-14/04/2022):

Os povos autóctones do continente americano são somente uma pequena parte da Resistência Terrana contemporânea, esse amplo movimento clandestino

que apenas começa a se tornar visível no planeta invadido pelos Modernos: na África, na Oceania, na Mongólia, nos becos, porões e terrenos baldios da Fortaleza Europa (De Castro & Danowski, 2017, p. 164).

Como afirmei, são minorias que por sua intensidade e força tem capacidades revolucionárias e estão conseguindo fazer com que suas vozes toquem profundamente pessoas fundamentais como o Papa Francisco e tantos outros atentos:

De qualquer modo, além do fato de que eles permanecem sendo um componente crucial da megacultura demótica das três Américas e como tal capazes de originarem poderosas e inesperadas linhas de fuga de impacto mundial, uma coisa é certa: os coletivos ameríndios, com suas populações comparativamente modestas, suas tecnologias relativamente simples, mas abertas a agenciamentos sincréticos de alta intensidade são uma figuração do futuro, não uma sobrevivência do passado. Mestres da bricolagem tecnoprimitivista e da metamorfose político-metafísica, eles são uma das chances possíveis, em verdade, da subsistência do futuro (De Castro & Danowski, 2017, p. 164-165).

A questão mais densa é se o sistema de exploração da natureza que funciona como uma idolatria do dinheiro impulsionado pelo capitalismo vai deixar com que as consciências reflexas atuem para o bem comum mais do que para o individualismo sem precedentes na história.

## 5. Algumas perguntas

O aquecimento global, o avanço da tecnologia e do mercado levam a uma ação predatória dos Humanos sobre os outros seres e naturezas, isso somado às estatísticas que mostram a diminuição cada vez mais acentuada dos povos originários. O consumo e a preocupação da Humanidade pelo progresso levam a atitudes de fato desumanas e os povos que são os exemplos de cuidado para com a Terra e com os outros seres reclamam por sobrevivência e resistem.

Até quando pensaremos e discutiremos em nossos plenários e diálogos sobre os Direitos Humanos ignorando a humanidade compartilhada e as intrarrelações constituintes dos mundos nos quais existimos? Quando veremos e tomaremos a consciência de que mudanças e solidariedade sempre exigem a saída de interesses próprios e a atenção ao bem comum e às existências que se relacionam conosco? O que nos levará à mudança tão necessária de assumir que não somos os seres privilegiados? Uma catástrofe inevitável? Quando voltaremos a nos encantar por aquela relação originária, deixando que nossa soberba humana dê lugar a um reconhecimento não somente de razão e de discurso? Será que temos a liberdade para

compreendermos os Direitos Humanos contemplados em extensão bem maior para chegar a todos os seres do planeta?

Se realizará o sonho antrópico dos Modernos de um pós-ambientalismo onde o homem se verá circundado, contextualizado, sustentado apenas por si mesmo, rodeado por sua imensa acumulação de mercadorias, energizado por suas novas e seguríssimas centrais nucleares e relaxado por amplas e amenas áreas de lazer ecológicas, povoadas por uma seleta flora geneticamente melhorada? Uma ideologia e tema mítico de uma ‘humanidade sem mundo’, no sentido em que, no ‘bom Antropoceno’ por vir não haverá mais um ambiente externo à humanidade... A antiga Natureza será recodificada (reaxiomatizada) pela máquina capitalista como um simples problema de gestão de recursos, de governança ambiental? (De Castro & Danowski, 2017, p. 73).

As perguntas nos remetem a problemas, e somente os problemas, motivados pelas perguntas que os revelam, podem nos mover em direção a uma busca de soluções. O novo por vir que ultrapasse e considere novos caminhos que contemplem os limites apresentados até aqui deve ser uma meta a ser concretizada: buscar a solução e superar o que a obstaculiza. Mas é essencial elencar, pelas perguntas, problemas que apontam em direção a objetivos.

O que mais nos faz falta é crer no mundo, assim como suscitar acontecimentos, mesmo que mínimos, que escapem do controle, fazer nascer novos espaço-tempos, ainda que sua superfície e seu volume sejam reduzidos... A capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle, se decidem no curso de cada tentativa (Deleuze, 1995, p. 149).

Gilles Deleuze nos inspira afirmando que o mais importante agora é acreditar no mundo (ou melhor, nos mundos, em plural), mesmo que a Humanidade (com *H* maiúscula) nos tenha feito desacreditar dele, e multiplicar as possibilidades, motivar acontecimentos e tentativas.

## Considerações finais

E parece forçoso concluir que o tempo parece ter se invertido. Da história e do olhar em direção ao passado, o que nos interpela agora é o presente com seus acontecimentos e o porvir, pois o futuro está incerto (também pela possibilidade de uma bomba atômica ser lançada por causa da Guerra na Ucrânia, para se ter uma noção de onde o Homem foi capaz de chegar), o que escapa das capacidades do Homem da Razão de compreender ou imaginar respostas.

O problema é o fato de que nossos paradigmas mostram que somos filhos da Modernidade que entrou em falência na Pós-Modernidade, a qual pontua a fluidez das relações sociais e não mais uma época de mudanças, mas uma mudança de época. O *Acontecimento* tratado aqui, que é o das mudanças climáticas e as consequências que dele implicam, nos levaram a trazer um novo modelo ou padrão na tentativa de ler a realidade de outra forma, o padrão da intrarrelação e da responsabilidade/vulnerabilidade que nos colocam, todos os seres, em pés de autêntica igualdade e relação: pois as consequências com o aquecimento global, por exemplo, todos e todas as estamos sofrendo.

Pensar desde a noção de uma humanidade originária e compartilhada entre todos os seres, ideia extraída da sabedoria dos povos originários, os da Terra e das matas, poderia abrir um horizonte extraordinário, ainda mais no contexto no qual estamos situados como seres, não de espécies distintas, senão que de uma grande rede viva que luta por sobreviver numa crise sem precedentes.

Escutar aqueles que, por sua intimidade e profundidade nas relações, conhecem tão bem a mãe-terra e os outros humanos, não-humanos para nós, nos possibilitaria dialogar com aqueles que nunca tiveram voz. E aí poderia ser o lugar de manifestação de um fenômeno novo, o da expansão das ideias tão necessárias para seres mais nobres e dignos para viverem por aqui. Ideias essas reunidas no que entendemos como os Direitos Humanos. Mas se vamos viver para contemplar aqueles que partilham conosco da condição dignificante que é o fato de sermos todos humanos só o tempo dirá.

## Referências

- DE CASTRO, E. V. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- DE CASTRO, E. V. Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena. In: DE CASTRO, E. V. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, pp. 299-346.
- DE CASTRO, E. V. Pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* [online], vol. 2, n. II, pp.115-144, 1996.
- DE CASTRO, E.; DANOWSKI, D. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. 2 ed. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2017.
- DELEUZE, G. *Conversaciones*. Valencia: Pre-Textos, 1995.

LEVIN, K.; BOEHM, S.; CARTER, R. Impacto das mudanças climáticas: 6 descobertas do relatório do IPCC de 2022 sobre adaptação. *WRI Brasil*, 2022. Disponível em <<https://wribrasil.org.br/pt/blog/clima/relatorio-ipcc-2022-impactos-mudancas-climaticas-adaptacao>>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

PACHECO, G. A. Lo mío y lo común. *Dignidade Re-Vista*, v.6, n.11, dez 2020.

PALACIO, M. I. “La vulnerabilidad fundando la ética de la solidaridad y la justicia”. In: *Análisis. Revista de Investigación Filosófica*, v. 2, n. I, p.29-47, 2015.

PALACIO, M. I. BUTELER, M. J. Del “calentamiento global” al “cambio climático”: encubrimientos y desencubrimientos ético-políticos. *Ecozon@ European Journal of Literature, Culture and Environment*, v. 12, n. I, pp. 179-199, 2021.